

Ofensivas contra a linguagem não-binária em cenário legislativo do Brasil

IRAN FERREIRA DE MELO¹

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Brasil

GUSTAVO JOSÉ BARBOSA PARAISO²

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

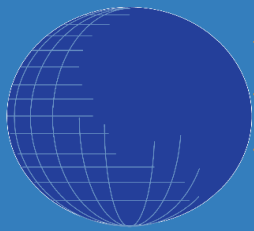
Brasil

Em 2022, o Brasil, mais uma vez, registrou o marco do país com mais da metade de homicídios a pessoas transgênero no mundo, de acordo com os dados apresentados pela agência internacional de pesquisa Trans Respect. Além disso, de acordo com o dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), o Brasil continua, pelo décimo quarto ano consecutivo, como o país com mais episódios noticiados de assassinato contra pessoas trans. Esta entidade coleta informações sobre a situação da população trans no mundo a partir do projeto Trans Murder Monitoring (TMM), da rede Transgender Europe, que contabilizou 96 assassinatos de pessoas trans no Brasil entre outubro de 2021 e setembro de 2022.

Nesse cenário, a pesquisa *Linguagem não-binária no Brasil: disputas e tensões em discursos legislativos* tem como objetivo identificar a construção de sentido sobre a linguagem não-binária (LNB) de gênero em textos legislativos brasileiros (projetos de lei federais e estaduais) proibicionistas sobre esse uso linguístico. Para tanto, vale começar já dizendo que entendemos por linguagem não-binária toda prática discursiva de representação de pessoas que não se compromete com a produção de sentido dualista de

¹ Doutor em Linguística (USP). Professor de Linguística Queer e Análise Crítica do Discurso (UFRPE/UFPE). Coordenador do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer).

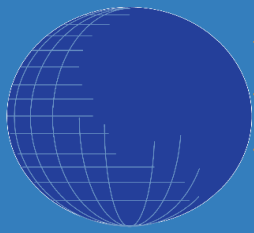
² Graduado em Comunicação Social - Rádio e TV (UFPB). Graduando em Letras - Português e Espanhol (UFRPE). Integrante do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer)



que somos apenas e exclusivamente homens e mulheres, tal como regem modelos culturais dominantes de performance de gênero.

Também conhecida como linguagem neutra, a LNB é parte da linguagem inclusiva de gênero (LIG), modelo de discurso já bastante discutido por cientistas da linguagem, a exemplo do linguista britânico Norman Fairclough, (2001 [1992]); por estudos como os trabalhos feitos nos anos 1990 pela pesquisadora feminista brasileira Carmen Rosa Caldas-Coulthard (2007) e por outras referências dos estudos linguísticos interdisciplinares. A LIG busca democratizar representações de gênero fora das universalizações masculinistas, como no afastamento do uso do masculino gramatical genérico em algumas línguas. Por sua vez, LIG integra o que se chama de linguagem inclusiva, isto é, um conjunto de modos de uso linguístico que objetiva dar visibilidade e representatividade a grupos historicamente alijados, como vemos nos pleitos de vários países quanto às políticas linguísticas antirracistas e para comunidades indígenas.

Nosso objetivo geral foi identificar a construção de sentido sobre a linguagem não-binária de gênero em textos legislativos (projetos de lei federais e estaduais) proibicionistas brasileiros sobre esse uso linguístico. E como objetivos específicos: (1) verificar a produção e circulação de textos legislativos proibicionistas sobre a linguagem não-binária no Brasil; (2) desvelar a produção de sentido nesses discursos, observando os tipos de significação mobilizados neles para sustentarem o argumento de proibição dessa linguagem; (3) perceber, nesses discursos, qual o grau de diálogo com os interesses dos pleitos políticos de representatividade da população não-binária de gênero em nosso país; (4) interpretar qual a performance mais recorrente utilizada para dar sentido a linguagem não-binária nos textos analisados, e como esses resultados encontrados recorrem para depreciar essa forma de linguagem.



1. Conjuntura política em torno da pesquisa

Esforços políticos para o respeito e a inclusão de gênero no português brasileiro não são novos. O projeto de lei nº 4.610, de 08 de maio de 2001, de autoria da deputada federal Iara Bernardi (PT), que *dispõe sobre a linguagem inclusiva na legislação e nos documentos oficiais, estabelecendo a utilização de vocábulos do gênero masculino apenas para referir-se ao homem; exigindo que toda referência à mulher deverá ser feita expressamente utilizando do gênero feminino*, já passou por toda a tramitação, com substitutivo aprovado em 2006, e está pronto para entrar na pauta no plenário em regime de tramitação ordinária.

Quase dez anos depois, o projeto de lei nº 6.653, de 16 de dezembro de 2009, da deputada federal Alice Portugal (PCdoB) determina em seu art. 6º: *O Estado adotará o emprego de linguagem inclusiva do gênero feminino na redação de suas normas internas, de seus textos de comunicação interna e externa, bem como editais de concursos públicos*. Tal projeto de lei (PL) foi apensado ao nº 4.857, de 12 e março de 2009, e desde então, foi a plenário dezenove vezes, e a última deliberação legislativa é: “Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes”.

No entanto, há vitórias. Em 2005, a senadora Serys Slhessarenko (PT) apresentou ao Senado o projeto de lei nº 12, de 16 de fevereiro de 2005, que determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear a profissão ou o grau em diplomas. Por mais estranho que parecia, até então, os diplomas sempre foram emitidos no masculino genérico, independentemente do gênero da pessoa. Depois de ser aprovado no Senado, esse projeto passou a vigorar como PL nº 6.383, de 11 de novembro de 2009, sancionado em 2012 como lei nº 12.605, de 03 de abril de 2012, pela presidenta Dilma.

Inclusive, de 2011 a 2016, o Brasil foi governado por Dilma Rousseff, que escolheu flexionar o seu atributo de presidenta. Não se tratava de um neologismo. A forma ‘presidenta’, assim como o emprego do sufixo -enta para cargos ocupados por mulheres, é atestada por instrumentos normativos (gramáticas, dicionários e Vocabulário Ortográfico da

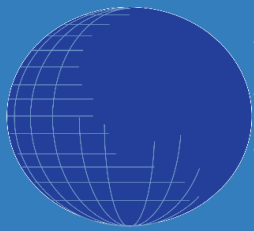


Língua Portuguesa – VOLP), embora de uso pouco difundido, o que é reflexo da baixa representatividade de mulheres e do feminino.³

Diferentemente da opção de Dilma, podemos ver que a ascensão das mulheres às instâncias mais altas do poder não necessariamente sinaliza mudança de padrões na língua usada por elas. Por exemplo, a ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha, primeira e única mulher a presidir o Supremo Tribunal Federal, um dos postos mais altos da República Federativa do Brasil, em seu discurso de posse, disse: ‘Eu fui estudante e eu sou amante da língua portuguesa. Acho que o cargo é de presidente, não é não?’. Subjacente à decisão de escolha da ministra, está a concepção de que a opção por uma forma linguística é sempre um exercício de poder coletivo, que leva a mantermos noções, estereótipos, imaginários, representações ou a subvertê-los.

Além de todos esses esforços para uma LIG de caráter binário – pois expressa o feminino pela revelação da binariedade de gênero –, existem modelos de LIG não binários. Por exemplo, em novembro de 2020, uma escola particular no Rio de Janeiro (RJ) passou a usar a forma ‘querides alunes’ em vez de ‘queridos alunos’, como modelo de representação de grupos heterogêneos de estudantes, com a justificativa de que essa mudança passa a incluir múltiplas identidades sob a marcação de gênero pelo morfema -e. Cinco anos antes, a antiga e conhecida escola Pedro II, também da mesma cidade, adotou o termo ‘alunxs’ para se referir a estudantes que não têm gênero definido. Estes e outros modos, mais até do que as formas da LIG binária, têm suscitado maior reação de grupos fascistas e é esse exatamente o tema de nosso estudo. Conferimos PLs federais e estaduais que proíbem a LNB como LIG no Brasil e analisamos o seu discurso.

³ A marcação de gênero, na língua portuguesa, também ocorre por processos morfossintáticos, como na concordância nominal, a exemplo do uso de nomes comuns de dois gêneros, como ‘o estudante’ / ‘a estudante’. Existe um conjunto de nomes comuns de dois gêneros relativos a profissões, cuja vogal temática é -a, como em ‘motorista’, ‘babá’, ‘dentista’, ‘frentista’. Porém, quando pensamos em motorista, a associação é com o gênero masculino, enquanto quando pensamos babá, a associação é com o gênero feminino.

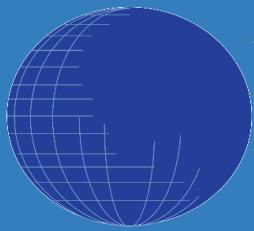


2. Linguagem não-binária e gênero: algumas noções

Para falar de LNB, é preciso que entendamos outras coisas, como a não binariedade de gênero e a própria ideia de gênero. Então, vamos lá. Na nossa sociedade, compreendemos gênero como uma atribuição relativamente fixa das pessoas. Por exemplo, nós dois, os autores deste artigo, somos encarados como homens e isso nos é atribuído por algumas razões fenotípicas, pelo antropônimo que nos deram e nós aceitamos etc. Essa atribuição é uma ideia que se tem dentro de uma cultura como a nossa. Gênero, no entanto, não é entendido dessa maneira para todas as pessoas em muitas culturas e também não existem apenas dois espectros de gênero, como significamos – masculino e feminino. Essa também é uma invenção cultural.

Gênero, hoje, cada vez mais, dentro de pesquisas que estudam o assunto (por exemplo, Bourcier, 2020; Halberstam, 2020; e Mombaça, 2021), é entendido menos como um atributo identitário (como, quando dizemos ‘você é um homem, é masculino’) e mais como uma performance do que você faz ao longo de sua vida, como uma maneira de interagir com as pessoas. Usamos culturalmente muito uma premissa de que gênero está associado ao corpo biológico (nós, Iran e Gustavo, somos lidos como homens, por exemplo, porque temos um corpo formado pela arquitetura cromossômica genética XY, tendo, com isso, uma consequência de desenvolvimento corporal, aparelho reprodutivo, órgão genital e outros atributos denominados masculinos). Tais identificações é o que vemos de praxe.

Gênero é um fazer o tempo inteiro. E mesmo as pessoas que se conformam a essa visão dicotômica dos corpos vivenciam gênero como um fazer a todo instante. Nesse caso, ele é uma ação, uma negociação, um trabalho. Quando dizemos nossos nomes, quando falamos ao usarmos determinadas palavras, quando decidimos que vamos cortar o cabelo de uma forma específica, quando colocamos uma camisa etc., estamos negociando significados com o outro para mostrar um pouco daquilo que queremos, daquilo que achamos que devemos apresentar sobre nosso gênero. Todos esses elementos de linguagem



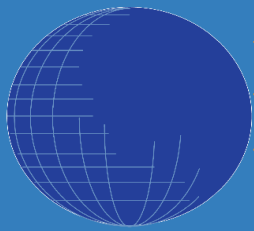
no interior dessa negociação já é gênero. Gênero é, portanto, um regime de saber/poder que nos atravessa a todo instante, não é um dado que carregamos na nossa vida, é um movimento da vida.

A ideia de gênero como masculino e feminino é uma noção binária sobre nossa existência – dois espectros grandes com as suas variações que são designados com esses nomes: ‘masculino’ e ‘feminino’. E ainda, dentro de nossa história secular, o masculino é o lado soberano. Numa sociedade como a nossa, todas as pessoas que se associam ao feminino são mitigadas, inferiorizadas.

Há, entretanto, algumas pessoas que transgridem a identidade de gênero como um atributo relativamente fixo e como algo onde se é preciso encaixar pela significação da binariedade. Elas fazem isso simplesmente por não se enquadrarem nesse modelo duonormativo. E essas pessoas não são poucas, como muita gente pensa. Elas são silenciadas. São muitas e estão por aí desde que o mundo é mundo. Elas receberam nome – muitas vezes, para que a entendamos como alguém estranho⁴ – e tradicionalmente são tratadas como anormais, doentes, delinquentes, tudo o que é abjeto. O nome mais comum usado no Brasil para elas é ‘pessoas trans’ ou ‘pessoas transgênero’. Já foram chamadas, e ainda são, de ‘transexuais’; ‘crossdressers’, que é o caso de alguns tipos de transgressão; ‘travestis’, uma designação mais ligada à territorialidade, classe e grau de vulnerabilidade; enfim várias nomeações para as diversas maneiras das pessoas transgredirem a norma de atribuição fixa de gênero.

Algumas dessas pessoas não se conformam com a designação de gênero que lhe foi dada, mas vão se aproximando mais, de algum maneira, com algum dos dois espectros – masculino ou feminino – e tomam a identidade de um deles como proposta de reconhecimento social. Um exemplo muito conhecido no Brasil é o de Thammy Miranda, que era lida como filha, e agora é filho, da cantora Gretchen; e que atua como celebridade

⁴ Neste artigo, vamos usar a própria linguagem não-binária, como não poderia ser diferente diante da defesa que fazemos aqui.

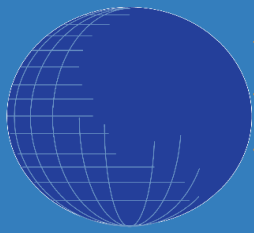


e, agora, deputado de São Paulo. Thammy é uma pessoa trans e muita gente acompanhou a transição e tecnologização do corpo dele nas mudanças para ser reconhecido como homem.

Essa é uma migração de um considerado polo de gênero para outro. Thammy se reconhece como uma pessoa trans, porque transgride a atribuição de gênero dado a ele e vai encontrar abrigo de significação no lado considerado oposto ao que lhe atribuíram. Há, no entanto, pessoas que não vivenciam essa transgressão assim dessa maneira. Transgridem gênero, mas não querem se encontrar nem de um lado nem do outro. Elas ganham muito pouco reconhecimento, compreensão de outras pessoas. Afinal, perguntam: Como alguém não é homem ou mulher numa sociedade como a nossa? Esse é um questionamento muito particular de uma vida ocidental, urbana, capitalista. No entanto, em muitas culturas, ele pode não aparecer. Em culturas indígenas, do Brasil e de outras partes do mundo, em culturas ancestrais, não existe/iam a distinção binária de gênero, as pessoas podiam vivenciar, performar gênero da maneira como elas bem entendem/sssem, sem o fechamento/encerramento duonormativo da generificação.

Numa cultura como a nossa, marcada pela binariedade, as pessoas que desafiam tal norma são abjetificadas. Como alguém não é homem ou mulher? Como alguém não é Mateus ou Maria? Alguém não é José ou Joana? Se não há reconhecimento de quem não entra no binário de gênero, as pessoas trans não binárias fazem um grande esforço para mostrar a sua existência, que pode ser híbrida e pode buscar dados de linguagem de outro lugar que não seja esse de uma cultura como a nossa.

Uma das formas para isso acontecer é operar no domínio da língua e isso ocorre já há algum tempo, mas vem ganhando fôlego graças às práticas de ativismo nas quais as pessoas não binárias (NB) se engajam e tem crescido de alguns anos para cá. Conhecemos muito já, desde os anos 1960, o movimento de gays e lésbicas – pessoas que transgridem normas de sexualidade, mas também de gênero. Depois, nos anos 1990, o movimento trans vai se ampliando. E, a partir principalmente dos anos 2000 e graças a uma série de políticas que empreendemos de visibilidade, juntamente, inclusive, a algumas instâncias governamentais de Estado, as pessoas trans apareceram de diversas maneiras com mais



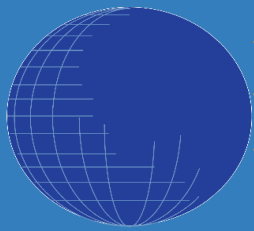
representatividade. Elas começaram a ganhar visibilidade maior nas mídias e nas artes, ainda que sob um recrudescimento forte da transfobia, porque, ao passo que os grupos trans vão se tornando visíveis e ganhando inclusão, há um aumento da violência perpetrada contra eles, como uma não permissão para o desenvolvimento dos direitos dessas pessoas.

Com o surgimento público de mais pessoas NB, passam a acontecer usos da língua que são prioritariamente empreendidos por essas pessoas para que elas ganhem o reconhecimento que geralmente não conseguem. E isso tem dado muito certo, pois é mais uma manifestação da mudança discursiva, pela força coletiva das pessoas. Isso tem acontecido claramente no português, com, por exemplo, o caso do neopronome ‘todes’, um registro que ganhou lugar no Brasil porque tem uma proposta de uma terminação parecida com o que já possuímos em palavras como ‘estudante’, o morfema -e; o que é diferente de outras palavras novas com o término em formas como -x, -@ -_, que usamos, mas que não têm pauta sonora.

O ‘todes’ inclusive tem sido usado por pessoas de diferentes searas. Nem sempre usam o ‘todes’, às vezes falam ‘todas, todos e todes’, como tratamento, mas a disrupção não binária vem se fazendo presente. Essas manifestações têm sido uma provocação que muitas pessoas binárias têm usado por causa da garra das pessoas NB. É um movimento recente do ponto de vista histórico e tem ganhado eco político forte no Brasil.

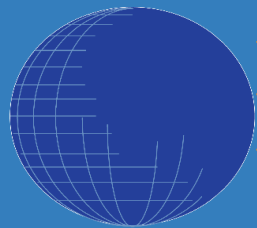
3. Um pouco mais sobre a metodologia da pesquisa

Para esta pesquisa, o marco teórico é formado por uma bibliografia sobre gênero social e Teoria Queer (Cult, 2014; Miskolci, 2014, 2015; Oliveira, 2019) e o marco analítico serve de material para desempenhar a análise do discurso dos dados (Melo & Ferreira, 2017). Este recebeu inspiração na ACD, sob a esteira de Norman Fairclough (2003) em sua proposta de uma análise de discurso explanatória – em particular, em sua teoria-método denominada Teoria Social do Discurso. A metodologia aqui foi dividida nas seguintes etapas, que não necessariamente são sequenciais.



1. Leitura bibliográfica das referências que compõem o material para amparo teórico e analítico, funcionando como um momento de início e continuidade para pensar no problema de pesquisa como um obstáculo social, identificando a rede de práticas em que ele está inserido e conhecendo a prática particular que é o discurso legislativo.
2. Coleta do corpus (textos legislativos brasileiros proibicionistas à LNB – projetos de lei federais e estaduais) nos portais de publicação da tramitação desses dados.⁵ Os PLs federais foram coletados no site da Câmara Federal (camara.leg.br) e os projetos estaduais foram colhidos nos portais específicos das assembleias legislativas de cada estado. As palavras-chave usadas para indexar os campos de busca dos sites foram ‘linguagem neutra’, ‘ideologia de gênero’ e ‘gênero’, previamente observadas no corpus por envolver modos bastante populares de nomeação da LNB.
3. Identificação das informações referentes à produção e circulação (quantidade, registros, autoria, data de apresentação, tramitação, apensamento) dos dados coletados, para verificação da ordem do discurso de uma prática particular na rede de práticas sociais em que o problema está inserido e para a análise de dados contextuais.
4. Ainda análise do discurso, mas agora na fase de interpretação dos dados à luz dos recursos lexicais que indexam a LNB, iniciamos a análise do texto destes projetos sob a esteira de uma vertente da ACD. Pois dentro dos pressupostos que essa perspectiva de estudos apresenta, tivemos que escolher um dos seus para seguirmos com nossa análise, visto que, por questões de escolha metodológica e abrangência do tema *versus* temporalidade para a execução da mesma.
5. Identificação dos seguintes itens lexicais que são utilizados para fazer referência à LNB nos PLs analisados. São eles: **‘linguagem neutra’**, **‘gênero neutro’**, **‘neolinguagem’** e

⁵ É importante explicar que o trâmite institucional dos PLs consiste nas seguintes etapas: apresentação do texto pelo/a parlamentar, passagem por comissões para análise legal (como comissões de Educação e Justiça); votação na câmara e, no caso dos PLs federais, votação também na Câmara do Senado. Após isso, o texto é conduzido para o Poder Executivo sancionar ou não. Vale dizer que alguns projetos são apensados, ou seja, unidos a outros de mesmo teor, propostos por outra/o parlamentar, para formarem um terceiro – isso acontece, por exemplo, quando um primeiro projeto foi arquivado e seu autor ou sua autora não atua mais numa nova legislatura.

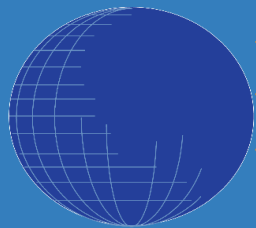


‘**linguagem não-binária**’. Tendo encontrado essas expressões analisamos, sob o olhar de um estudo acerca da indexicalização, a produção de sentido que essas palavras imprimem ao referenciar a LNB. Observamos que elas realizam nove (9) performances diferentes, performances essas nomeadas por nós ao observarmos as funções semânticas que elas apresentam. Verificadas essas ocorrências nas diferentes performances, identificamos qual aquela mais recorrente nos textos analisados, e a partir dessa identificação podemos apresentar conclusões sobre essas escolhas semânticas.

4. Um breve panorama dos resultados e da discussão

A coleta de dados se iniciou com a busca dos PLs na Câmara Federal. O resultado desse processo nos apresentou algumas particularidades, e dentre as quais podemos destacar: a) Anos das proposições: 2014 (1), 2020 (4), 2021 (9), 2022 (1); b) Partidos proponentes: Partido Social Cristão/PSC (1), Partido Liberal/PL (3), Partido Social Liberal/PSL (5), Progressistas/PP (2), Podemos (1), Partido Trabalhista Brasileiro/PTB (1), Partido Social Democrático/PSD (1); c) Estados proponentes: Paraná (1), Minas Gerais (2), Rio de Janeiro (2), Rio Grande do Sul (1), Pernambuco (1), Acre (1), Mato Grosso (1).

Podemos observar sobre as ementas desses PLs que a justificativa para sua tramitação se situa sempre no objetivo de se preservar a norma culta, seja por uma proteção da língua portuguesa, ou meramente uma proibição sobre as questões de linguagem e gênero. Apontamos ainda que a maioria foi apensada (anexada) a outros PLs, seja por tratar do mesmo tema, ou pelo seu arquivamento, conforme determinação de regimento interno da Câmara, como, por exemplo, no caso do/a parlamentar proponente do PL encerrar sua legislatura. Em sua tramitação apensada, quem relata esses PLs dá o seu parecer de maneira única, porém se pronunciará sobre todos os outros PLs apensados, recomendando a aprovação ou a rejeição deles ao PL que encabeça os apensados. Cabe ainda observarmos que essa manobra jurídica são artifícios para manter a tramitação desses PLs em pauta nas mesas e comissões legislativas, visando sobretudo a uma brecha na pauta de votação para

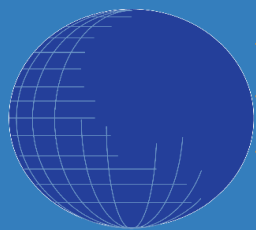


apresentarem tais projetos na ordem do dia, bem como para que possam passar despercebidos por parlamentares desfavoráveis e, com isso, possibilitar aprovação mediante votação favorável por maioria.

Ainda sobre a coleta do corpus, buscamos os PLs nos Estados da Federação. Utilizamos como ferramenta para buscar esses dados os sites das assembleias legislativas estaduais. A partir deles, extraímos informações sobre os PLs e destacamos as seguintes: a) Estados Proponentes: Distrito Federal (5), Goiás (1), Mato Grosso (1), Mato Grosso do Sul (1), Acre (1), Amazonas (2), Rondônia (2), Roraima (1), Espírito Santo (1), Minas Gerais (3), Rio de Janeiro (6), São Paulo (5), Paraná (2), Rio Grande do Sul (4), Santa Catarina (1); b) Partidos proponentes: Partido Social Cristão/PSC (2), Progressistas/PP (2), Partido Social Democrático/PSD (3), Partido Social Liberal/PSL (6), Movimento Democrático Brasileiro/MDB (1), Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB (3), Partido Liberal/PL (9), União Brasil/UNIAO (4), REPUBLICANOS (10), Partido Trabalhista Brasileiro/PTB (4), Democracia Cristã/DC (1); c) Anos das proposições: 2016 (1), 2017 (1), 2020 (9), 2021 (18), 2022 (4), 2023 (4).

Verificamos que as ementas desses PLs, assim como o seu apensamento, corroboram com os dados que obtivemos na coleta da Câmara Federal, onde se tem por objetivos: proibir o uso da LNB, alegando que esta é contrária às regras gramaticais vigentes; além de preservar a norma culta de nossa língua de ameaças ao ‘bom português’. E no que diz respeito aos seus apensamentos, eles obedecem às mesmas condições observadas na Câmara Federal.

Um ponto que devemos demonstrar é como é notória a quantidade de PLs que iniciam sua tramitação durante os anos de 2020 e 2021. Sabemos que o governo que estava no poder era o do ex-presidente Jair Bolsonaro e que os partidos que propuseram esses PLs, em sua grande maioria, faziam parte da base governamental, sendo seu viés político/partidário condizente com discursos provenientes da extrema direita conservadora que se proliferou no Brasil.

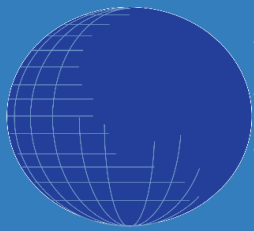


Uma súmula do primeiro momento analítico e de caráter contextualizador está presente no quadro a seguir:

Resultados da primeira análise – análise contextualizadora
(1) Atualmente tramitam 15 projetos de lei na Câmara Federal e 48 projetos nas assembleias legislativas de todos os estados e do Distrito Federal.
(2) O primeiro PL com essa temática foi apresentado em 2014 pelo deputado federal do estado da Bahia Erivelton Santana (Partido Social Cristão/PSC), já o projeto mais recente começou a tramitar em 13 de fevereiro deste ano na Assembleia Legislativa do Amazonas, sob autoria da deputada Débora Menezes (Partido Liberal/PL).
(3) 2021, período em que o Brasil ainda enfrentava os altos índices da pandemia da Covid-19 e estava sob o governo de Jair Bolsonaro, foi o ano com o maior número de projetos apresentados, 09 federais e 24 estaduais.
(4) O estado representante da maior quantidade de projetos é o Rio de Janeiro (08), seguido pelo Distrito Federal (07).
(5) Pará, Amapá e Tocantins são os únicos estados que não têm PL representado por parlamentares.
(6) Todos os partidos responsáveis pelos PLs são de direita, sendo o Partido Liberal/PL, ao qual está vinculado o ex-presidente Jair Bolsonaro, o que mais propôs projetos (17), 27% do total de todos os PLs existentes.
(7) Predominantemente os projetos impedem a linguagem não-binária argumentando que ela prejudica o ensino do português brasileiro, bem como ameaça o uso de nosso idioma.

Quadro 1 – Resultados da análise 1

Para um segundo momento de nossa análise, identificamos recursos lexicais que indexalizam a LNB. Os quatro itens lexicais que mencionamos foram os mais

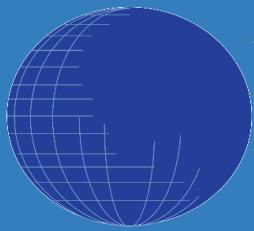


identificados a partir da leitura dos projetos e buscam, em todos, fazer referência ao que aqui em nosso estudo denominamos de ‘linguagem não-binária’ (LNB).

Para entendermos a indexicalização dessas palavras, isto é, o que elas constroem no contínuo dos textos, verificamos que sua articulação se realiza em 9 performances diferentes, quais sejam: **objetivo**, **definição**, **exemplificação**, **adjetivação**, **causa e efeito**, **problema e solução**, **conclusão**, **citação** e **paráfrase**. Todas essas performances foram nomeadas assim por nós, sob verificação das funções semânticas nas sentenças onde se apresentavam os itens. A seguir expomos um exemplo de operação textual para cada performance em excertos dos PLs que estiveram em análise.

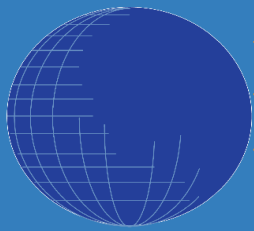
Performances	Exemplos
Objetivo	Ela [a linguagem neutra] promove alterações significativas, realizadas de forma descabida por particulares para beneficiar as ditas “minorias”, a fim de atender a fins puramente ideológicos.
Definição	Entende-se como “linguagem neutra” toda e qualquer forma de modificação do uso da norma culta da Língua Portuguesa e seu conjunto de padrões linguísticos, escrito ou falado, em que anula as diferenças de pronomes de tratamento femininos e masculinos, baseando-se em infinitas possibilidades de gêneros não existentes.
Exemplificação	Uma escola, por meio de circular, avisou aos pais dos alunos que havia decidido utilizar o dialeto não binário ⁶ nas atividades escolares, para tanto

⁶ ‘Dialeto não binário’ foi outra forma que achamos em nossos dados, mas não é tão recorrente como os quatro itens que citamos.



	exemplificou que utilizaria a partir de então a expressão “queridEs alunEs”.
Adjetivação	Na França, a Academia Francesa já se pronunciou: “Frente a essa aberração inclusiva, a língua francesa está em perigo mortal”.
Causa e efeito	Cumprе ressaltar, que esse dialeto não binário afasta ainda mais as pessoas, polarizando a nossa sociedade.
Problema e solução	Verifica-se que a pretensão de uma linguagem não binária é, em verdade, retrato de uma posição sociopolítica, que, nem de longe, representa uma demanda social, mas de minúsculos grupos militantes, que têm por objetivo avançar suas agendas ideológicas, utilizando a comunidade escolar como massa de manobra.
Conclusão	Não se pode permitir utilizar a “linguagem neutra” como meio de militância. ⁷
Citação	Conforme salienta a presidente da Academia Argentina de Letras, Alicia Zorrilla, o modelo não possui qualquer apoio científico, carecendo de fundamento linguístico, o que o coloca fora do sistema gramatical.
Paráfrase	Em resumo, de modo geral, a linguagem neutra consiste em não determinar gênero masculino ou feminino para incluir pessoas não-binárias

⁷ A conclusão está aqui como operação para indicar o encerramento de um raciocínio desenvolvido nos textos em tela.



	(aquelas que não se identificam como homens ou mulheres).
--	---

Quadro 2 - Exemplos de performances

Para ‘linguagem neutra’, identificamos 48 ocorrências dessas diferentes performances, com média de quatro registros cada uma. Em ‘gênero neutro’, verificamos cinco ocorrências das performances, com média de um registro para cada operação. Com ‘neolinguagem’, encontramos seis tipos de performances, com média de um registro para cada operação. E para ‘linguagem não-binária’, identificamos catorze performances, com média de dois registros para cada.

A performance mais frequente nos textos analisados é a **adjetivação**, existindo em 23% das ocorrências e, com um número absoluto de 49 casos. Abaixo seguem mais três exemplos dessa performance para apenas ilustrar sua saliência nos dados.

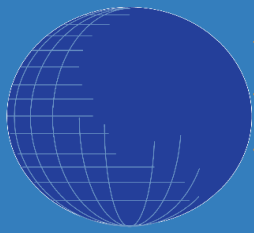
(1) Ela é um subproduto intelectual da dita “teoria de gênero”. É totalmente incompatível com a índole de nosso idioma (avesso ao “gênero neutro” utilizado em outras línguas).

(2) Na verdade, esse movimento fere a norma culta e é considerado como uma linguagem incorreta e inadequada, em especial, na formação pedagógica dos alunos de todos os níveis.

(3) Trata-se de uma deturpação da Língua Portuguesa.
--

Quadro 2 - Exemplos de adjetivação como performance dos itens referentes à LNB

Entendemos a adjetivação como uma performance aqui que realiza uma apreciação da LNB, em geral constituída por uma oração formada por processo relacional (‘ser’, como nos exemplos 2 e 3 acima) ou alguma variante, demonstrando, enfim, uma predicação para essa linguagem inclusiva. Em muitos momentos, os PLs realizaram adjetivação depreciativa, como ao dizer que a LNB é uma invenção, aberração linguística e tragédia histórica.

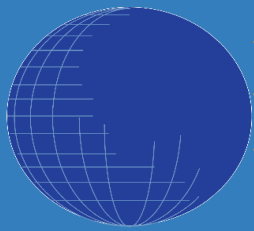


Qual interpretação fazemos dessa recorrência da adjetivação?

Apreciar a LNB é um dos exercícios mais simples que se pode fazer, haja vista a avaliação por meio da adjetivação está presente em quase todos os usos linguísticos. Considerando isso e o fato de que as adjetivações aqui apresentadas serem, muitas vezes, marcadas por olhares depreciativos, podemos afirmar que as estratégias argumentativas de tais PLs são bem elementares, infantis do ponto de vista da elaboração retórica. Mas isso não faz de tais registros algo inofensivos. Pelo contrário. É justamente com esse tipo de argumentação que chegamos mais rapidamente às pessoas e as convencemos de maneira muito mais objetiva.

Apreciar negativamente associando a LNB a um problema e a uma desordem é mais uma face da abjetificação que os discursos reacionários à LNB vêm empreendendo. O que é abjetificar? De acordo com Julia Kristeva (1982), a abjeção não é apenas a desidentificação com algo, mas a percepção de que esse algo é tão horroroso que desorganiza a ordem vigente. E é isso que acontece com a construção de sentido que PLs proibicionistas federais e estaduais fazem com a LNB.

Ao abjetificar essa linguagem, tais projetos, como muitos discursos contrários à população LGBTQIAPN+, colocam a LNB num campo subalternizado sim, mas, como Butler (2021) aponta, também dão margem para a emergência da potência do fenômeno considerado estranho, do desencaixado, do inadequado, do queer. No horizonte de uma política queer, o discurso dos PLs que estudamos pode até pensar que mata a existência da disrupção da LNB, mas sua face é ambivalente para nós que nos filiamos a tal política. Se nos chamam de aberração – como aparece nos textos de nosso corpus – nos erguemos desse lugar, por meio de um contrabando discursivo (Melo, 2022), que toma desse discurso de ódio, sem a sua permissão, o termo que usam para nos matar, a fim de dizer: não queremos nunca sermos iguais a vocês ou o que consideram bom e, se essas adjetivações são as formas como nos enxergam diferentes, nós as assumimos como resistência a suas práticas de morte contra nossos corpos.



Nesse sentido, é a partir de uma emergência da aberração que nós, Gustavo e Iran, aqui falamos, como corpos que não ousam se assimilar ao normal de nosso alçoz e recusamos a docilidade dos termos que nos aproximam dos propositores (no masculino gramatical aqui propositalmente) de tais projetos de lei. Como as pessoas trans, viadas, não binárias e todo o universo dissidente da norma, há vida e resistência na adjetivação – projeto de morte – dos PLs. Nesse ponto, vislumbramos que os resultados dessa segunda análise, textual/discursiva, nos mostram os ingredientes ainda presentes para a resistência: a saída está, como nas políticas queer das ruas, em não achar que precisamos desviar de tais adjetivações. Elas são bem-vindas na medida em que podemos contrabandeá-las como munições para as nossas existências.

Considerações parciais/finais

A construção das diversas sociedades, em muitos momentos da história, esteve pautada nas relações de poder que se edificaram de várias formas. Dentre os diferentes mecanismos de controle e normatização das populações, os dispositivos de biopolítica que disciplinam e controlam corpos e desejos sempre estiveram à frente, causando sofrimento e morte a quem ousa expressar-se de maneira adversa aos seus preceitos (Miskolci, 2015). Com a crescente guinada política nessa direção que nosso país tem vivido, tanto no âmbito sociopolítico macro, quanto na formação micropolítica, diversos setores sociais vêm, cada vez mais, ocupando espaço na ratificação das relações de poder heteronormativo, que desconhece as múltiplas facetas da expressão humana e impõe padrões binários sobre as pessoas.

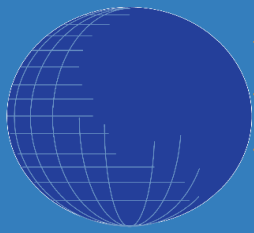
Como considerações finais, podemos afirmar que a maior parte dos projetos apresentados está alinhada com a direita radical de nosso país, grupos conservadores religiosos e a setores de alto poder aquisitivo. Tais segmentos expõem como principais argumentos: 1. a promoção da norma culta do português brasileiro; 2. o estabelecimento de medidas protetivas à língua portuguesa do Brasil; 3. o não descumprimento de acordo



ortográfico estabelecido entre países lusófonos em 2009; 4. o direito de estudantes ao aprendizado da língua; 5. e a proteção à família.

Numa perspectiva crítica do discurso, os PLs são parte de uma rede de práticas, conforme aponta Fairclough (2003), que constitui a conjuntura política de produção de sentido da LNB. É mais uma voz que se ergue sobre o assunto. E, como tal, reverbera na construção de valor e existência acerca do que é a LNB no Brasil. Se o resultado da produção discursiva nesse campo político é fundamentalmente de atribuição depreciativa, isso é indicativo de como no campo legislativo temos contribuído para o pensamento sobre uma linguagem inclusiva de gênero, mas não de se perder de vista seu papel reverso como dissemos. Entretanto, esse papel não se constituirá no interior dos PLs, mas a partir dele, sendo o que vamos fazer com esse discurso. A comunidade LGBTQIAPN+ e, sobretudo, as pessoas não binárias, não se resignificarão (porque são indexicalizadas pelo discurso acerca da LNB) e não recategorizarão a própria LNB se dialogarem pacificamente com os PLs. Numa relação interdiscursiva, o que se espera é que uma solidariedade *queer* aconteça tomando como de partida essas atribuições negativas e, no fluxo de um contrabando discursivo, resista à violência institucional do campo legislativo brasileiro. Sendo assim, para a ACD, sobre um momento de reflexão: como desabar a violência estrutural cis-heteronormativa tomando por base a leitura de sua expressão pelos PLs que proíbem a LNB? Isso se dá por discurso.

Esse cenário que descrevemos é um passo para lançarmos outras lentes críticas a partir do futuro, porque tais argumentos dos PLs não podem mais funcionar como cortina de fumaça para a antiga postura silenciadora de uma sociedade tradicional em relação a grupos de vanguarda política na dissidência de gênero e sexualidade, como é o caso das pessoas trans não binárias – identidade-alvo na produção e reelaboração da LNB nos projetos aqui analisados. Sigamos sem esmorecer.



Referências

BOURCIER, Sam. **Homo Inc.orporatad**. Trad. Marcia Bechara. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

BUTLER, Judith Butler. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990]. (Coleção Sujeito e História)

_____. **Discurso de ódio**. Uma política do performativo. Trad, Roberta Fabri Viscardi. São Paulo: Editora da Unesp, 2021 [1997].

COULTHARD, Carmen-Rosa. Caro colega: exclusão linguística e invisibilidade. **Discurso & Sociedad**. V. 1(2), p. 230-246. 2007.

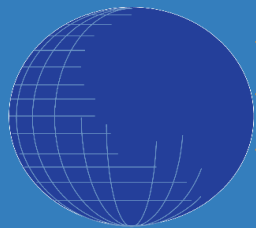
CULT. **Dossiê Teoria Queer**. Revista Cult. São Paulo. 2014. p. 33-56

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse**: Textual analysis for social research. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2003.

HALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso**. Trad. Bhuvli Libanio. Recife: CEPE Editora, 2020.

KRISTEVA, Julia. **Powers of Horror**: an essay on abjection. New York: Columbia University Press, 1982.

MELO, Glenda Cristina Valim de; FERREIRA, Juliana Tito Rosa. As ordens de indexicalidade de gênero, de raça e de nacionalidade em dois objetos de consumo em



tempos de Copa do Mundo 2014. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**. v. 17, n. 03, p. 405-427, 2017.

MELO, Iran Ferreira de. Contrabando discursivo e Linguística Queer. In: LIMA, Bruno de Assis Freire de; GOMES, Maria Carmen Aires (Orgs.) **Estilos e discursos**. Uma contribuição para os estudos da linguagem. Campinas: Pontes, 2022. p. 17-42.

MISKOLCI, Richard. Um saber insurgente ao sul do Equador. **Revista Periódicus**. 1ª edição, mai-out., 2014.

_____. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Cadernos da Diversidade). Capítulo “Origens Históricas da Teoria Queer” – p. 21-35.

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. São Paulo: Cobogó, 2021.

OLIVEIRA, João M. de. **O que quer o queer?** Podcast Larvas Incendiadas. Disponível em: <https://larvasincendiadas.com/2019/07/18/18-joao-manoel-de-oliveira-o-que-e-o-queer/>. Acesso em 21 de março de 2023.

PALMO, Jtesunma Tenzin. **No coração da vida**. Sabedoria e compaixão para o cotidiano. Trad. Jeanne Pilli; Lúcia Brito. Rio de Janeiro: Lúcida Letra, 2014.